

## CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: REDE URBANA E PERFIS SOCIOECONÔMICOS

Diego Ferretto  
Universidade Paulista  
[diegoferretto@alumni.usp.br](mailto:diegoferretto@alumni.usp.br)

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os papéis regionais e perfis socioeconômicos e demográficos das principais cidades médias gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. Ao valorizar a abordagem comparativa, o texto evidencia que embora desempenhem papéis semelhantes de polarização, essas cidades apresentam especificidades de formação histórica e estrutura socioeconômica, sendo Caxias do Sul caracterizada por seu perfil industrial, Passo Fundo como cidade de apoio ao agronegócio, e Pelotas e Santa Maria como economias mais dependentes do setor terciário. O conceito de cidade média adotado pressupõe o desempenho de funções de intermediação na rede urbana que extrapolam o critério exclusivamente demográfico, e cuja crescente importância justifica os esforços voltados à compreensão de suas características e especificidades no período atual.

**Palavras-chave:** Rio Grande do Sul. Caxias do Sul. Passo Fundo. Pelotas. Santa Maria.

### MEDIUM-SIZED CITIES IN RIO GRANDE DO SUL: URBAN NETWORK AND SOCIOECONOMIC PROFILES

### ABSTRACT

This article aims to analyze regional roles and socioeconomic and demographic profiles of the main medium-sized cities in the state: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas and Santa Maria. By valuing the comparative approach, the text shows that although they play similar roles of polarization, these cities have specificities of historical formation and socioeconomic structure, with Caxias do Sul being characterized by its industrial profile, Passo Fundo as a support city for agribusiness, and Pelotas and Santa Maria as economies more dependent on the tertiary sector. The concept of medium city adopted presupposes the performance of functions of intermediation in the urban network that go beyond the exclusively demographic criterion, and whose increasing importance justifies the efforts aimed at understanding its characteristics and specificities in the current period.

**Keywords:** Rio Grande do Sul. Caxias do Sul. Passo Fundo. Pelotas. Santa Maria.

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as cidades médias se consolidam como objeto de pesquisa privilegiado no âmbito dos estudos urbanos a partir de diferentes perspectivas e escalas de análise, à medida que apresentam maior crescimento demográfico que os espaços metropolitanos, ampliam sua importância na rede urbana e na economia globalizada, ao mesmo tempo que se tornam mais complexas suas estruturas intraurbanas.

Stamm et al (2013) demonstram que até o início da década de 1980, o crescimento da população urbana brasileira manteve-se concentrado nas grandes cidades com mais de 500 mil habitantes e sobretudo nas áreas metropolitanas. No entanto, nas décadas seguintes essa tendência se reverte frente à aceleração do crescimento demográfico das cidades médias, principalmente as localizadas fora de áreas metropolitanas, com população entre 100 e 500 mil habitantes, que aumentam sua participação relativa perante o total da população urbana brasileira de 10,29%, em 1970, para 16,62%, em 2010, enquanto, no mesmo período, as cidades metropolitanas com mais de 500 mil habitantes mantêm sua participação estagnada na casa dos 4%. Limonad (2018) afirma que o incremento das taxas de crescimento demográfico das cidades médias deriva da realocação das atividades

produtivas no país viabilizadas pelo aumento da mobilidade espacial e setorial do capital, com êxodo das atividades industriais e de serviços para cidades médias em áreas dinâmicas, que aumentam gradativamente sua importância na economia nacional e na dinâmica espacial da urbanização, como alternativas a investimentos em diversos setores.

Sposito, Elias e Soares (2010) alertam que posteriormente à metropolização, característica principal da urbanização brasileira nas décadas de 1960 e 1970, o crescimento e a alteração de papéis das cidades médias e locais significaram a quebra de paradigmas exigindo novos esforços voltados à compreensão dos espaços urbanos não metropolitanos.

Mesmo diante de um conceito em construção, entende-se por cidades médias espaços que desempenham papéis de intermediação na rede urbana, cuja classificação extrapola o critério exclusivamente demográfico, que define as cidades de porte médio. Diversas são as possibilidades de abordagem das cidades médias, podendo ser agrupadas em duas escalas, a regional, da rede urbana, e a intraurbana, relativa ao arranjo interno.

Esse artigo tem por objetivo analisar os papéis regionais e perfis socioeconômicos e demográficos das principais cidades médias gaúchas - Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria - privilegiando, portanto, a escala regional e a abordagem comparativa.

O texto está estruturado em duas partes: primeiramente, recuperam-se os pontos centrais do debate em torno da consolidação das cidades médias como objeto de estudos; em seguida, avança-se em direção à caracterização da rede urbana gaúcha, justificando a ênfase nas quatro cidades estudadas, para posteriormente apresentar seus respectivos perfis socioeconômicos e demográficos.

Relativo aos procedimentos metodológicos, a primeira parte do texto se apoia fundamentalmente nas contribuições de geógrafos, expressas na sistematização dos estudos sobre cidades médias apresentada por Amorim Filho (2007), assim como nas reflexões teóricas de Sposito e Sposito (2006), Sposito (2007), Sposito, Elias e Soares (2010) e Sposito (2017). A segunda parte do texto se estrutura em trabalhos de geógrafos e economistas, também apresentados em publicações institucionais, acerca da rede urbana e das regionalizações do Rio Grande do Sul (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994; IBGE, 2020), além de abordagens específicas sobre as cidades em questão (ROCHA, 1993; SOBARZO, 2010). As bases cartográficas utilizadas têm como fonte principal o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, já os dados secundários, socioeconômicos e demográficos, são oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a maioria deles relativos ao último censo demográfico, de 2010. A disponibilidade de dados define o recorte temporal do texto, que embora apresente alguma defasagem em relação aos dias de hoje, permite a caracterização dos traços fundamentais das estruturas socioeconômicas e demográficas das cidades estudadas, suficiente a essa abordagem.

## AS CIDADES MÉDIAS COMO OBJETO DE ESTUDOS

Em textos que buscam apresentar um histórico acerca dos estudos sobre cidades médias, Amorim Filho e Serra (2001) e Amorim Filho (2007) localizam o surgimento do debate na década de 1950, na Europa Ocidental, como parte das discussões, sobretudo na França, acerca do planejamento urbano e regional e dos estudos das redes urbanas, temática privilegiada após o final da segunda guerra mundial. Três motivos teriam impulsionado essas reflexões: a) os desequilíbrios regionais; b) o agravamento da qualidade de vida e problemas sociais nas grandes cidades; c) a fragilidade da organização hierárquica das cidades e o fluxo insuficiente de informações e relações socioeconômicas.

Nas décadas de 1950 e 1960 são basilares as reflexões dos geógrafos Pierre George (1952), Michel Rochefort (1957, 1960) e Jean Cappolani (1959), defendendo a importância do planejamento regional; na década de 1970, as cidades médias convertem-se em objetos de políticas públicas no campo do planejamento na França e, em 1977, tem destaque a publicação de *Ville moyenne, ville moyen*, uma completa reflexão do geógrafo Michel Michel sobre as cidades médias francesas (AMORIM FILHO, 2007).

No Brasil, as reflexões do geógrafo francês Yves Leloup inauguram o debate sobre as cidades médias, tendo o estado de Minas Gerais como objeto, na década de 1960. Na década seguinte, são pioneiros os estudos realizados pelo geógrafo mineiro Oswaldo Bueno Amorim Filho, que resultam em sua tese

de doutoramento intitulada *Contribution à l'étude des Villes moyennes au Minas Gerais - Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais* (1973). A década de 1970 marca também a adoção das cidades médias como objeto de planos de governo e sua crescente inserção no meio acadêmico, com destaque ao trabalho de Andrade e Celsius Lodder, em 1979, intitulado *Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil* (AMORIM FILHO, 2007).

As cidades médias são inseridas na agenda de planejamento no Brasil com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que apresenta diretrizes para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)<sup>1</sup>. A PNDU, elaborada em 1973, que serviu de base à elaboração do II PND e à implementação de políticas urbanas nas décadas de 1970 e 1980, destacou a necessidade de se atenuar os desequilíbrios regionais, associados à concentração urbana em algumas regiões do país, com a proposição de uma política territorial de interação entre os espaços urbano e regional. As cidades médias foram classificadas como “áreas de dinamização”, potencialmente aptas a se tornarem polos de desenvolvimento. A PNDU foi incorporada ao IX capítulo do II PND, denominado “Desenvolvimento Urbano: Controle da Poluição e Preservação do Meio Ambiente”, onde são definidos a criação de polos secundários, visando a desconcentração e interiorização do desenvolvimento, para o sul do país a atenção foi dirigida aos centros urbanos com população superior a 50 mil habitantes. Nesse período, foi formulado o Programa de Cidades de Porte Médio, que vigorou entre 1976 e 1986.

Depois de um período de estagnação na década de 1980, as pesquisas sobre cidades médias se multiplicam a partir da década de 1990. Amorim Filho (2007) afirma que se renova o interesse pelas cidades médias, no caso francês com a publicação da obra *Villes de Transition* (1999), organizada por Pierre George e Commerçon, a realização de um colóquio sobre cidades médias na cidade de Mâcon, e a publicação de *La Ville Moyenne dans sa région* (DI MEO, GUERIT, 1992, apud AMORIM FILHO, 2007), organizada por professores da universidade de Bordeaux. Na América Latina, Amorim Filho (2007) evidencia as pesquisas realizadas na Venezuela (III Seminário Latino Americano de Qualidade de Vida Urbana, 1996); no Peru (VI Congresso Internacional de Geógrafos Latinoamericanistas); Argentina (RANDLE, 1992, apud AMORIM FILHO, 2007); grupo da Universidade de Tandil, liderado por Guillermo Velázquez e Maria Célia Garcia); Chile (grupos das universidades de La Serena, Valdivia e Chillán).

No Brasil, percebe-se o crescente interesse pelo tema sobretudo nas primeiras décadas deste século, destacando-se os estudos vinculados a PUC Minas Gerais, coordenados por Amorim Filho, além de duas redes de pesquisas sobre cidades médias, a Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias (Redbcm), e, sobretudo, a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (Recime).

A Recime, fundada em 2007, tem destacado papel na consolidação desse campo de pesquisa no Brasil, reunindo esforços teórico-metodológicos em torno da definição de cidade média e das categorias e recortes de análise pertinentes a esse objeto, assim como empíricos, a partir da abordagem de diversas cidades, proporcionando a possibilidade de análises comparativas. A rede, coordenada por William Ribeiro da Silva, agrupa pesquisadores do Brasil, Argentina e Chile, envolvendo 20 universidades. Dentre os pesquisadores envolvidos tem destaque a geógrafa Maria Encarnação Beltrão Sposito, figura central nesse debate, autora e/ou organizadora de diversas publicações: *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional* (2006), *Cidades médias: espaços em transição* (2007), *Cidades médias e região* (2017), além da série de publicações denominada “Cidades em Transição”, que contempla a divulgação de resultados de pesquisa da rede, já tendo apresentando os casos das cidades de Passo Fundo e Mossoró (2010), Tandil e Uberlândia (2010), Chillán e Marília (2012), Campina Grande e Londrina (2013), Marabá e Los Angeles (2015) e Dourados e Chapecó (2016).

## A IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS

O termo cidade média não é claro e nem consensual no Brasil, sendo às vezes empregado como uma noção vaga, em outras palavras, trata-se de um conceito em construção, objeto de esforços empreendidos sobretudo no campo da Geografia, conforme demonstrado anteriormente.

Talvez a principal dificuldade em torno da identificação das cidades médias esteja na associação equivocada às cidades de porte médio, como sinônimos, cujo critério decisivo seria o tamanho

---

<sup>1</sup> Elaborada pelo arquiteto Jorge Guilherme Francisconi e pela geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, em 1973.

demográfico, conforme proposta de Andrade e Serra (2001), fixado entre 50 a 500 mil habitantes. Sposito (2017) adverte, no entanto, que nem toda cidade de porte médio é uma cidade média, pois o critério demográfico é insuficiente para estabelecer essa aproximação. Por cidades médias entende-se aquelas que realizam papéis regionais e de intermediação em determinada rede urbana, portanto, o número de cidades de porte médio é maior do que o de cidades médias, pois nem todas aquelas do primeiro grupo têm condições geográficas para desempenhar os papéis de intermediação característicos das cidades médias.

Sposito (2017) observa que a identificação de uma cidade média depende fundamentalmente de dois fatores: sua posição na rede urbana, quando existe uma hierarquia urbana, e sua situação geográfica. Cidades com menos de 50 mil habitantes podem ser consideradas cidades médias em áreas de baixa densidade demográfica, como na Amazônia brasileira, ao passo que cidades com mais de 500 mil habitantes não desempenham papéis regionais ou de intermediação significativos, restringindo-se a cidades de porte médio, a exemplo de áreas de alta densidade demográfica e proximidade entre cidades, como o eixo urbano-industrial definido entre a região metropolitana de São Paulo e o norte do estado, englobando cidades como São Carlos, Rio Claro, Limeira, Piracicaba, Americana e Jundiaí.

Assim, a importância de uma cidade média está relacionada a sua área de influência, que corresponde à área “a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e de serviços” (SPOSITO et al., 2007, p. 37). Todavia, no período atual, as articulações espaciais não se dão necessariamente por continuidades territoriais, podendo ocorrer também por meio de deslocamentos ou fluxos imateriais, através das redes de informação, se sobrepondo, assim, às áreas ou regiões estruturadas por deslocamentos materiais. Entre os processos que redefinem os papéis das cidades médias destacam-se a concentração e centralização econômicas; a melhoria e a diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicações; o surgimento de formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços; e o consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário (SPOSITO et al., 2007).

A sobreposição de funções exercidas pelas cidades médias é denominada por Santos e Silveira (2010, p.280) como uma “encruzilhada entre as verticalidades e horizontalidades”, pois elas oferecem os meios para o consumo consumptivo, das famílias, e para o consumo produtivo, das empresas. Dessa maneira, as horizontalidades são representadas pelas relações que a cidade estabelece com a região, caracterizadas pela oferta de comércio e serviços de saúde e educação superior, enquanto as verticalidades se manifestam nas articulações econômicas da cidade com a economia globalizada, extrapolando a região em que se inserem.

Para Corrêa (2007), a identificação de uma cidade média depende de uma combinação específica de três fatores: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço intraurbano. O tamanho demográfico, considerando-se o mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, significa maior ou menor economia de escala, o que determina maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas, ao passo que o desenvolvimento de novas funções urbanas também suscita aumento demográfico. O autor defende que o tamanho demográfico se reflete também nas estruturas intraurbanas, sendo diretamente proporcional às suas complexidades.

As considerações de Santos e Silveira (2010) e de Corrêa (2007) conduzem a uma proposta metodológica pautada na necessidade da sobreposição de escalas de análise nos estudos sobre cidades médias, postura também defendida por Sposito (2007) ao enfatizar que as mudanças relativas à divisão territorial do trabalho (da escala regional à internacional) determinam disparidades entre os lugares, sendo a sobreposição das escalas regional (interurbana) e intraurbana insuficientes no período atual, em que os papéis de algumas cidades médias são ampliados, configurando redes de relações supra regionais.

Conforme já mencionado na introdução, nessa abordagem privilegia-se a escala regional, da rede urbana, com ênfase em indicadores demográficos e socioeconômicos das cidades médias em destaque, conforme discute-se a seguir.

## **CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS SELECIONADAS PARA ANÁLISE**

O Rio Grande do Sul, localizado na região Sul do país, apresenta população estimada em cerca de 11,5 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Considerando-se o critério demográfico, o estado abarca 41 cidades com população entre 50 e 500 mil habitantes, fato que as qualificaria como cidades de porte médio, segundo intervalo definido por Andrade e Serra (2001). No entanto, para Soares e Ueda (2007, p. 380), as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria são aquelas que “articulam

'a ordem próxima e a ordem distante' [...] no território e funcionam como centros de referência para os núcleos situados no entorno mais ou menos imediato (a hinterlândia)", exercendo uma forte influência em grandes porções do território gaúcho.

Corroboram com essa afirmação os resultados do estudo de Regiões de Influência, o Regic 2018 (IBGE, 2020), que apontam para o protagonismo das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, classificadas como polos regionais que cumprem papéis de gestão no território gaúcho, conforme será apresentado a seguir. Admite-se, assim, que as quatro cidades selecionadas para esse estudo são aquelas que mais se aproximam da noção de cidade média anteriormente discutida, sobretudo nos termos de Sposito et al (2007), ressalta-se, no entanto, que essa premissa não exclui a necessidade de aprofundamento das pesquisas em escala estadual em torno da identificação e caracterização de cidades médias, assim como da validação e/ou aprimoramento desse conceito em construção.

Nesse contexto, as quatro cidades médias gaúchas selecionadas para análise cumprem papéis semelhantes na rede urbana, atuando como centros regionais, porém apresentam especificidades relativas aos seus perfis socioeconômicos, principalmente derivadas de suas distintas localizações em um território que se caracteriza por marcantes desigualdades regionais, resultantes do processo histórico de ocupação do estado. Nesse sentido, busca-se analisar, de maneira comparativa, as quatro cidades levando-se em conta as funções urbanas que desempenham na rede urbana gaúcha, sua inserção regional, e as especificidades relativas aos seus perfis socioeconômicos e demográficos.

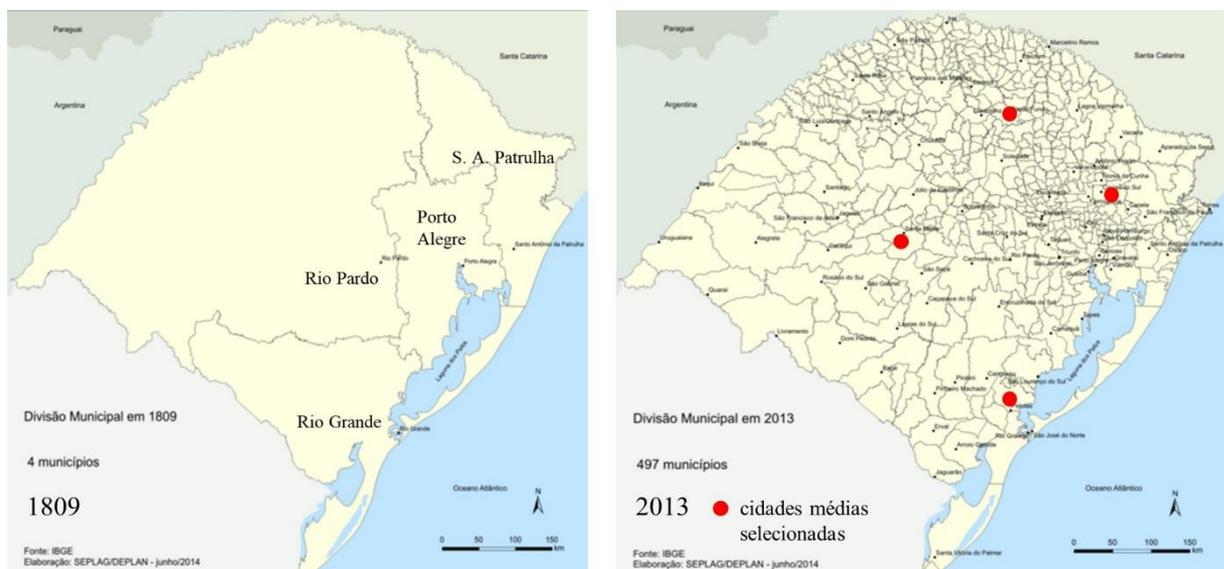
### REDE E FUNÇÕES URBANAS

O Rio Grande do Sul é composto por 497 municípios, resultantes do processo de subdivisão do território a partir do início do século XIX. Em 1809, a província de São Pedro era dividida em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Os municípios de Pelotas, Passo Fundo, Santa Maria e Caxias do Sul são oriundos do século XIX, criados, respectivamente, em 1830, 1857, 1857 e 1890 (Figura 1).

Durante o século XIX, a região sul do estado concentra o maior número de municípios, na região norte, os desmembramentos se intensificam na virada do século XIX para o XX, como resultado da imigração europeia, que promove o estabelecimento de diversos núcleos, processo em que se insere a cidade Caxias do Sul, fundada como Colônia Caxias, por imigrantes italianos. Em 1900, o estado contava com 66 municípios.

Na segunda metade do século XX, as regiões norte e nordeste, onde se situam Passo Fundo e Caxias do Sul, respectivamente, apresentam acelerada subdivisão do território em pequenos municípios, em paralelo à imobilidade da região sul, onde se situam os municípios de Santa Maria e Pelotas. Em 1966, havia 232 municípios no estado, nas décadas de 1980 e 1990 são criados mais 265 municípios.

Figura 1 - Rio Grande do Sul: evolução da divisão municipal.



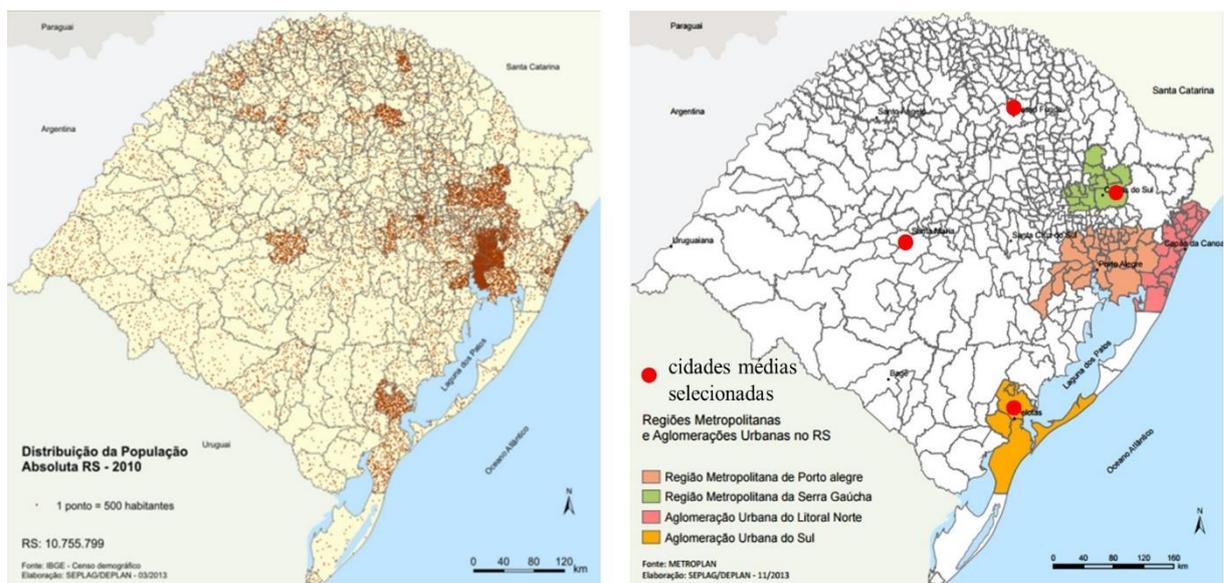
Fonte - adaptado de RIO GRANDE DO SUL (2019).

O processo emancipatório no estado reflete as particularidades das estruturas produtivas e fundiárias das macrorregiões norte/nordeste e sul, sendo a metade norte composta por pequenos municípios, e o sul do estado por municípios maiores, dimensões que revelam sua estrutura produtiva, no norte associada à imigração europeia e à agricultura cultivada em pequenas propriedades, e no sul relacionada à pecuária extensiva, praticada em grandes propriedades rurais. Ademais, para Moura (2000, p. 575), “as novas unidades federativas, nesse contínuo processo emancipatório, passam a deter poder, competências e recursos, desvirtuando a dimensão política do território, que é apropriado apenas para que setores dominantes realizem sua representatividade em outros níveis de governo”.

Atualmente, o estado conta com uma região metropolitana, a Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, regulamentada em 1973, composta por 34 municípios, e dois Aglomerados Urbanos, a Aglomeração Urbana do Sul (1990), entorno de Pelotas, e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (2004). Existe, ainda, em processo de regulamentação, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha - RMSG, instituída em 2013, composta por 14 municípios<sup>2</sup>, tendo a cidade de Caxias do Sul como sede. Embora Caxias do Sul seja oficialmente classificada como sede da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, a cidade permanece cumprindo papéis regionais típicos das cidades médias, sendo a criação da região metropolitana mais uma figura institucional do que efetivamente a constatação de dinâmicas metropolitanas, como ocorre em relação a Porto Alegre e seus municípios limítrofes, que de fato estabelecem relações cotidianas de complementariedade (Figura 2).

Relativo à distribuição populacional no estado, segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2012), observa-se maior concentração na macrorregião nordeste, na RMPA e no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. A RMPA concentra 37.7% da população, mais de 4 milhões de habitantes, sendo 1.4 milhão na capital. Do total, 91,5%, ou 455 municípios, têm população de até 50 mil habitantes, 8,2%, 41 municípios, têm entre 50 e 500 mil habitantes, desse grupo, somente 17 municípios somam mais de 100 mil habitantes, sendo oito pertencentes à RMPA, dentre os demais estão: Bagé, Pelotas e Rio Grande, no sul do estado; Bento Gonçalves e Caxias do Sul, no nordeste; Santa Maria e Santa Cruz do Sul, na região central; Passo Fundo, no norte; e Uruguaiana, na região oeste. Porto Alegre é o único município que ultrapassa 500 mil habitantes (Figura 2).

Figura 2 - Rio Grande do Sul: distribuição da população, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.



Fonte - adaptado de RIO GRANDE DO SUL (2019).

<sup>2</sup> Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Marcos.

Caxias do Sul é a segunda cidade mais populosa do estado, com aproximadamente 435 mil habitantes, seguida por Pelotas, com quase 330 mil, Santa Maria aparece em 5º lugar, com pouco mais de 260 mil habitantes, e Passo Fundo, em 12º, com aproximadamente 184 mil habitantes. Os quatro municípios têm altos índices de urbanização, com população urbana acima de 93% (Tabela 1). Considerando-se as estimativas populacionais (IBGE, 2021), a população de Caxias do Sul atinge 523.716 habitantes, a de Passo Fundo, 206.103, a de Pelotas, 348.826 e, por fim, a população de Santa Maria chega a 285.159 habitantes.

Tabela 1 - Cidades médias gaúchas: população (2010).

	Rural	%	Urbana	%	Total	Posição no estado	Área (km²)	Dens. Dem. (hab/km²)
Caxias do Sul	16.158	3.71	419.406	96.29	435.564	2º	1644.3	264.89
Passo Fundo	4.706	2.55	180.120	97.45	184.826	12º	783.4	235.92
Pelotas	22.082	6.73	306.193	93.27	328.275	3º	1610.1	203.89
Santa Maria	12.684	4.86	248.347	95.14	261.031	5º	1788.1	145.98
RS	1.593.638	14,90	9.100.291	85,10	10.693.929			39.79

Fonte - adaptado de FERRETTO (2018).

Os dados relativos ao crescimento demográfico (Tabela 2) demonstram que entre 1950-1960, e entre 1970-2010, a média das taxas de crescimento anuais de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, é superior à de Porto Alegre e às médias do estado e do país. Se sobressai o município de Caxias do Sul, que desde a década de 1940 vem crescendo em ritmo acelerado, atingindo o índice superior a 7% na década de 1950, e a 5% na década de 1970. Para as quatro cidades o ápice de crescimento demográfico ocorre nas décadas de 1970, 1980 e 1990, diminuindo na década de 2000, porém ainda assim se mantendo superior a Porto Alegre e ao estado. O incremento demográfico corresponde ao período em que o processo de urbanização se intensifica com a vinda de população do campo para a cidade, e de migrações internas. O caso de Caxias do Sul é o mais dinâmico em função do processo de industrialização que ocorre a partir da década de 1950 e gera um crescimento econômico sem precedentes para a cidade.

Tabela 2 - Cidades médias gaúchas: taxas médias de crescimento anual (%).

	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1991-2000	2000-2010
Caxias do Sul	3,2	7,4	4,2	5,22	3,19	2,65	2,08
Passo Fundo	2,1	-0,9	0,2	2,91	2,16	1,58	0,97
Pelotas	1,8	3,8	1,8	2,51	1,2	1,22	0,16
Santa Maria	0,9	4,4	0,31	1,59	1,98	1,33	0,72
Média (4 cidades)	2	3,68	1,63	3,06	2,13	1,7	0,98
Porto Alegre	3,8	5	3,28	2,43	1,06	0,8	0,35
RS	2,29	2,54	2,19	1,55	1,48	1,23	0,49
Brasil	2,34	2,99	2,89	2,48	1,93	1,64	1,17

Fonte - adaptado de FERRETTO (2018).

De acordo com a mais recente divisão regional do Brasil, elaborada pelo IBGE, de 2017, atualizando a divisão em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, de 1989, o território brasileiro fica dividido em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. O primeiro grupo tem na rede urbana seu principal elemento de referência, sendo regiões estruturadas a partir de centros urbanos

próximos, capazes de suprir as necessidades imediatas da população, como consumo de bens e serviços (educação e saúde), prestação de serviços públicos e acesso ao emprego; o segundo grupo, das regiões intermediárias, corresponde a uma escala intermediária entre os estados e as regiões imediatas, incluindo metrópoles e capitais regionais.

O estado do Rio Grande do Sul é dividido em oito regiões geográficas intermediárias, sendo quatro delas polarizadas pelas cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, as demais são polarizadas pela capital, Porto Alegre, e pelas cidades de Uruguaiana, Ijuí e Santa Cruz do Sul/Lajeado.

Dentre os serviços especializados oferecidos pelas quatro cidades estudadas, têm destaque a educação superior e os serviços de saúde. Depois da capital, as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria concentram o maior número de hospitais e leitos hospitalares, assim como matrículas e cursos no ensino superior, sendo que duas delas, Santa Maria e Pelotas, contam com universidades federais.

Por fim, de acordo com o estudo “Região de Influência das Cidades” – Regic, 2018 (IBGE, 2020), as quatro cidades médias destacadas nesse estudo ocupam lugares de destaque na hierarquia urbana do Estado, sendo classificadas como capitais regionais, com diferentes níveis de importância (Figura 3).

O Regic 2018 caracteriza a rede urbana brasileira a partir de duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, que contempla cinco níveis (metrópoles, capitais regionais A e B, centros sub-regionais A e B, centros de zona A e B e centros locais) e as regiões de influência, referentes às ligações das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. As unidades urbanas de análise são as cidades e os arranjos populacionais (AP), quando há agrupamentos de duas ou mais cidades resultando em áreas conturbadas caracterizadas por significativa integração e movimentos pendulares.

Desse modo, as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função de sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa. (IBGE, 2020, p.11)

No Rio Grande do Sul, o arranjo populacional de Porto Alegre é classificado como metrópole (mesmo nível de Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Recife, Salvador, Vitória e Manaus), abaixo das duas metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e Brasília) e da grande metrópole nacional, São Paulo. Abaixo de Porto Alegre, aparecem as capitais regionais (B), Caxias do Sul e Passo Fundo, e em seguida as capitais regionais (C), Pelotas, Santa Maria, Lajeado e Santa Cruz do Sul, seguidas dos centros sub-regionais, centros de zona e centros locais.

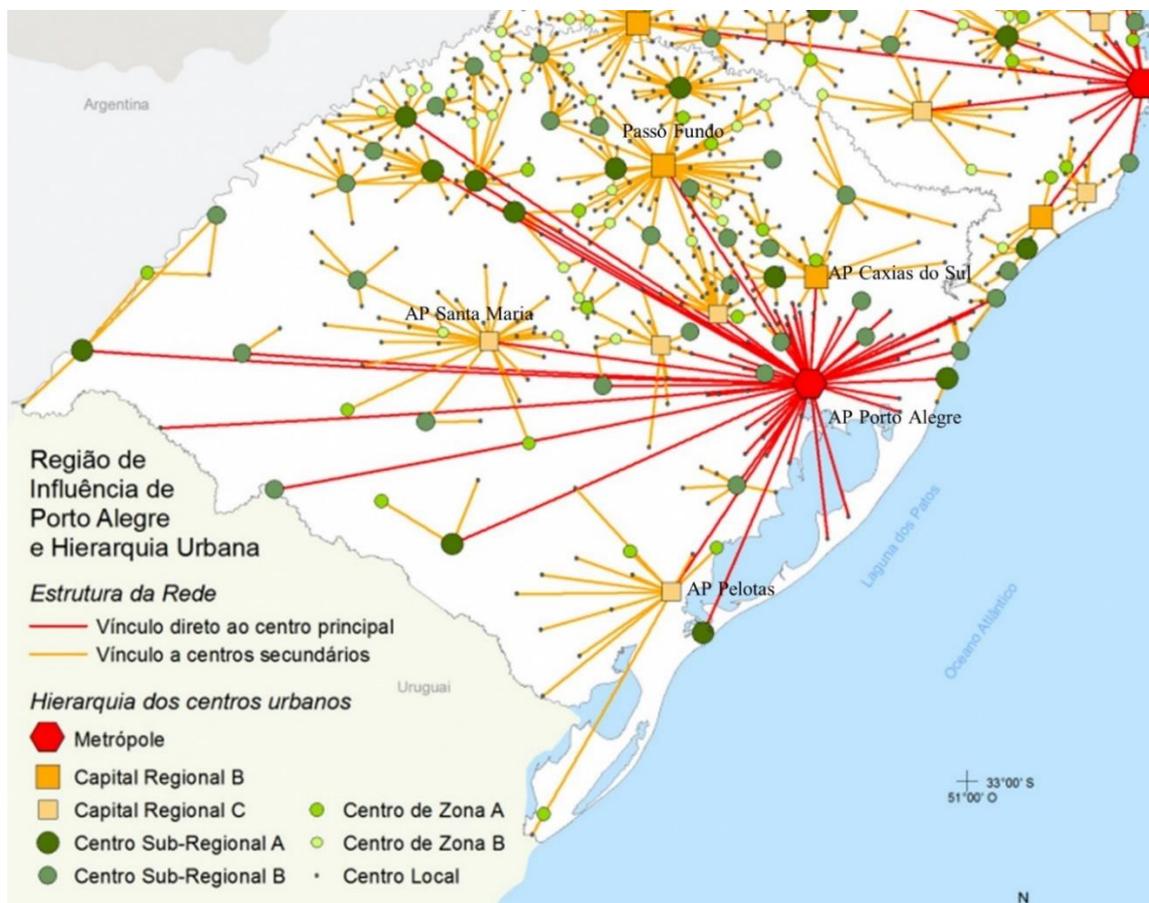
Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria são classificadas como arranjos populacionais pelas relações que estabelecem com cidades vizinhas<sup>3</sup>, enquanto Passo Fundo é caracterizada como cidade, isoladamente, por não apresentar conurbações. Caxias do Sul e Passo Fundo, capitais regionais B, se equiparam a outras 22 cidades e arranjos populacionais do país, a exemplo de Chapecó e Joinville, em Santa Catarina, e Maringá e Londrina, no Paraná. Já Pelotas e Santa Maria, capitais regionais de nível C, igualam-se, em nível hierárquico, a outras 62 cidades e arranjos populacionais brasileiros, como Lages e Joaçaba, em Santa Catarina, e Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, no Paraná.

A cidade de Passo Fundo e o arranjo populacional de Caxias do Sul destacam-se na rede urbana gaúcha, apresentando, sob as regiões de influência, respectivamente, 135 e 36 cidades, abrangendo aproximadamente 1,2 e 1,1 milhão de habitantes. Passo Fundo agrega o maior número de municípios sob sua influência, uma vez que polariza praticamente toda a região norte do estado, caracterizada pela presença de inúmeros municípios de pequeno porte, enquanto Caxias do Sul exerce influência mais limitada na rede urbana, devido à proximidade da RMPA (cerca de 130 km). Já Santa Maria e Pelotas, embora um nível abaixo das duas primeiras, cumprem papéis importantes de polarização nas regiões central e sul do estado, no caso de Santa Maria, de forma complementar ao arranjo

<sup>3</sup> Arranjos populacionais em questão: a) Caxias do Sul, Vale Real e Farroupilha; b) Santa Maria e Itaara; c) Pelotas, Capão do Leão e Arroio do Padre.

populacional de Santa Cruz do Sul, e no caso de Pelotas, associada à cidade de Rio Grande, centro sub-regional A.

Figura 3 - Regic (2018).



Fonte - adaptado de RIO GRANDE DO SUL (2019).

### INSERÇÃO REGIONAL E PERFIS SOCIOECONÔMICOS

As localizações das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria denotam uma distribuição relativamente equilibrada pelo território gaúcho, do ponto de vista geográfico, caracterizando-se como centros regionais, respectivamente, do noroeste, norte, sul e centro do estado. No entanto, os perfis socioeconômicos dessas regiões revelam importantes desigualdades territoriais que caracterizam o estado, situação que têm fomentado o debate em torno da necessidade de promoção de um desenvolvimento socioeconômico mais igualitário, resultando, pelo menos desde a década de 1970<sup>4</sup>, em propostas de regionalização, com enfoques científico, estatístico e político-administrativo.

Na década de 1980 predominou a concepção dicotômica das disparidades entre as metades sul e norte do estado, sendo a última mais desenvolvida. Na década de 1990, as discussões evidenciam a necessidade de extrapolar a escala macrorregional e perceber suas especificidades internas, a partir do incremento de variáveis e visando a maior eficácia do planejamento. Nesse contexto, foram criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - Coredes (Lei 10.283/1994)<sup>5</sup>, por iniciativa da sociedade civil e de entidades, subdividindo o território gaúcho inicialmente em 21 conselhos, atualmente são 28 conselhos regionais de desenvolvimento agrupados em nove Regiões Funcionais de Desenvolvimento. Dessa iniciativa resultaram ferramentas para a compreensão de da dinâmica territorial do estado, em

<sup>4</sup> Sobre o tema, consultar: Alonso, Benetti e Bandeira (1994) e Mesquita (1984).

<sup>5</sup> Sobre a experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, consultar Allebrandt et al. (2011).

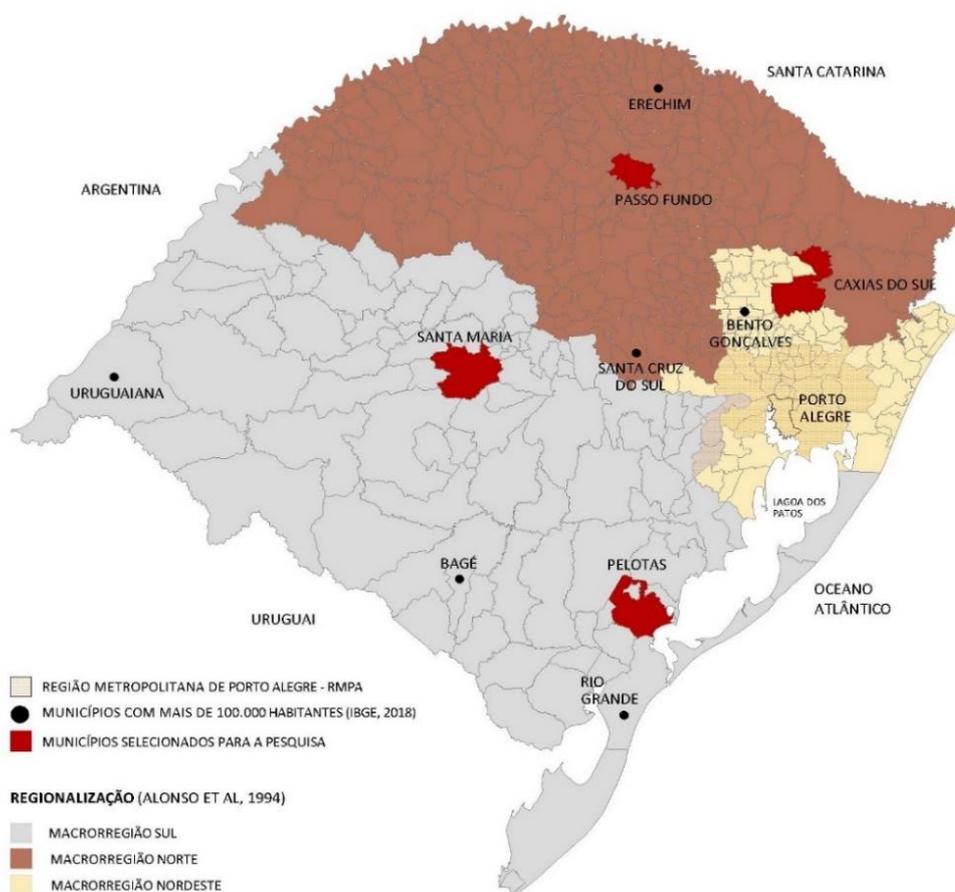
escala sub-regional, resultando em diagnósticos e planos importantes<sup>6</sup>, inclusive com a participação do estado.

Nesse texto, no entanto, considera-se suficientemente elucidativa a regionalização proposta por Alonso, Benetti e Bandeira (1994), que reconhece três macrorregiões no estado, segundo diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico, em que as macrorregiões noroeste e norte, onde se localizam as cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo, respectivamente, se caracterizam pelos melhores indicadores, enquanto a macrorregião sul, onde se situam as cidades de Santa Maria e Pelotas, são menos desenvolvidas (Figura 4).

Alves e Silveira (2008) apontam que no sul há baixa densidade demográfica e predomina a grande propriedade destinada à pecuária e à lavoura de arroz; o norte, predominantemente agrário, se caracteriza pela presença de pequenas, médias e grandes propriedades, nessa região ocorreu o processo de substituição da agricultura diversificada cultivada em pequenas propriedades pela monocultura mecanizada do trigo e soja; o nordeste se caracteriza pelas grandes concentrações urbanas com elevada densidade demográfica, além da presença de vários setores industriais.

O povoamento do estado ajuda a explicar as diferenças regionais, uma vez que o norte foi predominantemente colonizado por europeus, sobretudo alemães e italianos, desenvolvendo uma produção diversificada em pequenas propriedades agrícolas, gerando relativa distribuição de renda e uma rede urbana composta por pequenos núcleos próximos; já no sul do estado, a pecuária extensiva das grandes propriedades resultou numa rede urbana mais rarefeita.

Figura 4 - Rio Grande do Sul: regionalização proposta por Alonso, Benetti e Bandeira (1994).



Fonte - (FERRETTO, 2018).

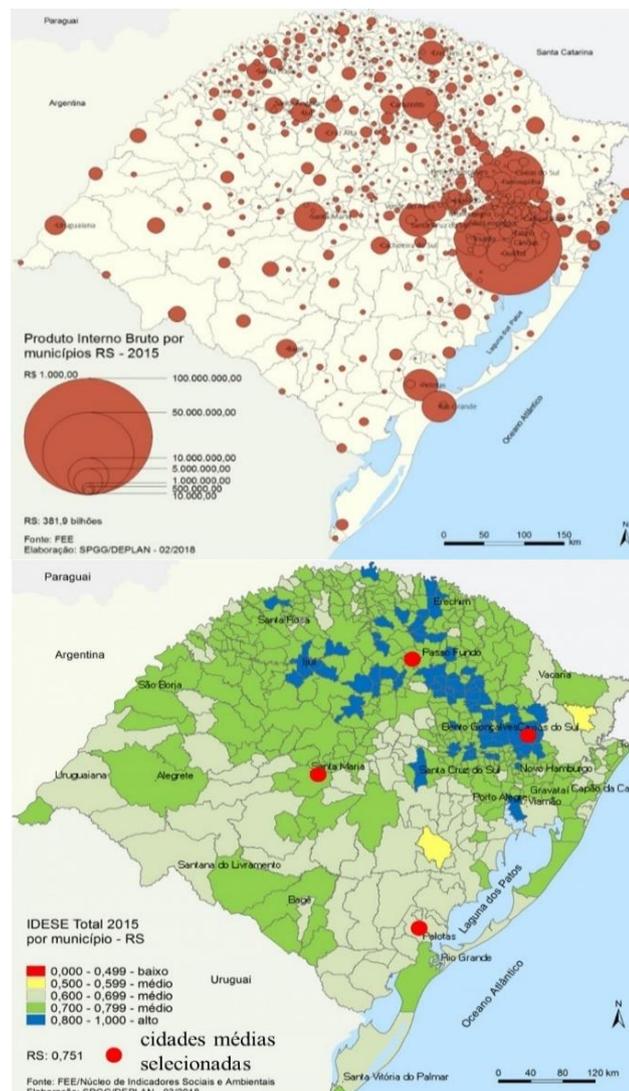
<sup>6</sup> Dentre eles, destaca-se o documento Rio Grande do Sul - Rumos 2015 (2006), Agenda de Desenvolvimento Territorial - RS 2030 (2014).

Analisando os indicadores econômicos estaduais, percebe-se que dentre os 15 maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) municipais (FEE, 2015), sete integram a RMPA (Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, Triunfo, São Leopoldo e Cachoeirinha). Na macrorregião Nordeste, além da RMPA, tem destaque Caxias do Sul, a segunda maior economia do estado. Fora do eixo Porto Alegre-Caxias, se sobressaem os municípios de Passo Fundo e Erechim, ao norte, Santa Maria e Santa Cruz do Sul, na região central do estado, e Pelotas e Rio Grande, no extremo sul (Figura 5).

Os indicadores sociais relativos aos municípios gaúchos ratificam o quadro de desigualdades regionais, a partir dos indicadores econômicos. Em linhas gerais as macrorregiões nordeste e norte apresentam os melhores indicadores sociais, concentrando os melhores índices de renda per capita e os maiores índices de desenvolvimento econômico, segundo o indicador Idese - Índice de desenvolvimento Socioeconômico, que considera as variáveis renda, educação e saúde.

O Idese total dos municípios (Figura 5) demonstra médio e alto grau de desenvolvimento socioeconômico nas macrorregiões norte e nordeste do estado, além de alguns municípios isolados na macrorregião sul, dentre eles Santa Maria e Rio Grande. Os municípios de Passo Fundo e Caxias do Sul apresentam Idese médio. O município de Pelotas apresenta Idese médio, porém abaixo de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria. Os municípios com Idese alto estão concentrados nas macrorregiões nordeste e norte.

Figura 5 - Rio Grande do Sul: PIBs e Ideses municipais (2015).

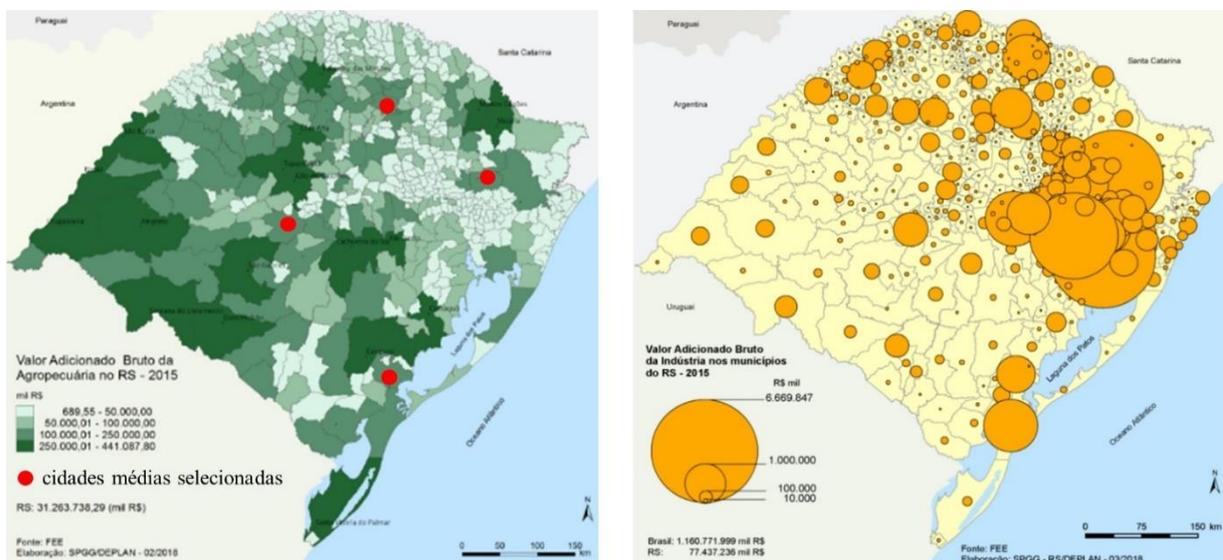


Fonte - adaptado de RIO GRANDE DO SUL (2019).

A estrutura do valor adicionado bruto (VAB, 2015) estadual por setores de atividade indica a predominância do setor de serviços (67.4%), seguida pela indústria (23.2%) e finalmente pela agropecuária (9.4%). Contudo, a representatividade do setor terciário precisa ser relativizada, uma vez que a economia gaúcha é impulsionada por dois setores hegemônicos: a agropecuária e a indústria de transformação. Segundo sugerem Feix e Leusin Jr. (2015, p. 7-8), as atividades agropecuárias precisam ser inseridas no conceito mais amplo de agronegócio como atividade primária que engloba setores a montante (fornecimento de insumos, máquinas, implementos, assistência técnica e financiamento) e setores a jusante (indústrias de alimentos, biocombustíveis, fumo e distribuição agropecuária), nesse caso, estima-se que o agronegócio represente cerca de 1/3 do PIB gaúcho (Figura 6).

A macrorregião sul do estado é aquela que concentra os maiores VAB agropecuários municipais<sup>7</sup>, assim como a maioria das grandes propriedades, com área superior a 500 ha.

Figura 6 - Rio Grande do Sul: valor adicionado bruto municipal da Agropecuária e da Indústria (2015).



Fonte - adaptado de RIO GRANDE DO SUL (2019).

Na região de Caxias do Sul predominam a horticultura e as plantações de uva e maçã; na região de Passo Fundo a cultura da soja; na região de Santa Maria a horticultura, trigo e soja; e na região de Pelotas, as plantações de fumo, arroz e soja.

No setor industrial, que representa 24.45% do VAB total do estado, tem destaque a indústria de transformação nos segmentos de produtos alimentícios, derivados do petróleo, fabricação de veículos e peças automotores e produtos químicos; a indústria extrativista possui participação pouco expressiva. Do total dos municípios gaúchos, somente 6.2%, 31 municípios, têm sua economia predominantemente industrial, concentrados na macrorregião nordeste, no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. A macrorregião norte apresenta uma concentração significativa, e na macrorregião sul se destacam somente os municípios de Pelotas e Rio Grande.

O setor de serviços responde por 65.57% do VAB do estado, sendo o setor econômico mais representativo para 64.2% dos municípios gaúchos. Analisado os valores dos PIBs municipais, com dados de 2017, as cidades médias mantêm-se entre as maiores economias do estado, com destaque à Caxias do Sul, na segunda posição. Os PIBs *per capita* revelam indicadores positivos, acima da média estadual, para Caxias do Sul e Passo Fundo, enquanto Pelotas e Santa Maria estão abaixo da média do estado. Considerando-se o valor adicionado bruto, por setores da economia, destaca-se o setor terciário, perfazendo mais de 85% do total em Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. O setor industrial

<sup>7</sup> Segundo o valor bruto da produção agropecuária (VBP, 2015), destacam como os principais produtos agropecuários estaduais a soja (27.9%), o arroz (13.7%), a carne de frango (10.2%), o leite (8.3%), o fumo (7.1%) e a carne bovina (6.8%). Na escala nacional, em termos de participação no valor bruto da produção agropecuária, se destacam o arroz (65.6%) e o fumo (48.8%), a soja produzida no estado representa 15.2% do VBP agropecuária brasileira (FEIX; LEUSIR JR., 2015, p. 10).

é significativo somente em Caxias do Sul, onde representa 31.48% do total do valor adicionado, índice superior ao estado e quase três vezes maior em relação às cidades de Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. O setor agropecuário é pouco expressivo nos municípios em questão, representando no máximo 3% do valor adicionado total, em Pelotas, contudo, assim como em relação ao estado, os índices do setor precisam ser relativizados nas economias municipais, à medida que uma parcela dos setores industriais e comerciais estão vinculados ou dependem dessa atividade (Tabela 3).

Tabela 3 - Cidades médias gaúchas: economia (2017).

	Total R\$ (mil)	Posição no RS	Per capita (R\$)	Agropecuário (% do total)	Industrial (% do total)	Serviços (% do total)
Caxias do Sul	21.717.020	2º	44.927,71	1,05	31,48	67,47
Passo Fundo	8.584.861	8º	43.183,62	1,85	12,11	86,05
Pelotas	8.573.355	9º	24.894,68	3,1	10,97	85,93
Santa Maria	7.152.149	12º	25.683,04	2,73	11,79	85,49
RS	423.151.000		37.371,27	9,16	22,36	68,48

Fonte - elaboração do autor a partir de dados do IBGE (2017).

Com relação à estrutura do emprego, observa-se que nas quatro cidades médias os empregos vinculados aos setores de comércio e serviços é predominante, representando cerca de 70% em Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, somente em Caxias do Sul os empregos na indústria de transformação são significativos, 45% do total. No setor de serviços, a saúde e educação têm relevância em Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas, correspondendo a aproximadamente 40% do total, em Caxias do Sul esse índice chega a 30%. Em Passo Fundo os empregos na área da saúde são mais significativos, correspondendo a 25% do setor de serviços; no setor educacional tem destaque Santa Maria, representando 28% dos empregos terciários, Pelotas aparece em seguida, com 23%. A presença das universidades federais em Santa Maria (UFSM) e Pelotas (UFPEL) justificam esses dados, embora em Passo Fundo e Caxias do Sul a existência de universidades particulares com abrangência regional também seja importante (Tabela 4).

Tabela 4 - Cidades médias gaúchas: estrutura do emprego (2010) em %.

	Setor primário	Ind. extrativa	Ind. Transforma ção	Serviços utilidade pública	Const. civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública
Caxias do Sul	0,92	0,06	45,05	1,24	4,13	15,35	29,25	4,01
Passo Fundo	1,51	0,15	14,8	0,92	5,92	29,48	41,28	5,95
Pelotas	1,52	0,07	11,23	2,3	6,1	26,35	41,05	11,38
Santa Maria	0,95	0,13	9,85	1,06	6,38	26,19	47,4	8,03

Fonte - adaptado de FERRETTO (2018).

As classes de renda média mensal das cidades médias gaúchas, agrupadas em cinco extratos de rendimento<sup>8</sup>, revelam a predominância de população de baixa renda (até dois salários-mínimos), em Pelotas esse índice chega a quase 60%, superando a média estadual e quase se equiparando a média nacional. O número de pessoas que recebem de dois a cinco salários-mínimos também é significativo,

<sup>8</sup> Assumindo que o extrato de zero a dois salários-mínimos corresponde à população de baixa-renda; de dois a cinco à população de média-baixa renda; de cinco a dez à população de média-renda; de dez a quinze à população de média-alta renda; e maior que quinze à população de alta renda.

sendo maior em Caxias do Sul, assim como a população que recebe entre cinco e dez salários-mínimos. Santa Maria é a cidade que detêm o maior percentual de pessoas que recebem mais de dez salários-mínimos mensais. Os dados demonstram que a cidade de Caxias do Sul é a que apresenta uma classe média mais expressiva, considerando que a soma dos extratos de média-baixa, média e média-alta renda (que recebem de dois a quinze salários-mínimos mensais) corresponde a 48.75% da população, índice que chega a 37.18% em Passo Fundo, 35.28% em Santa Maria, e 29.91% em Pelotas. Admite-se, como hipótese, que os maiores salários em Caxias do Sul estão relacionados aos empregos industriais, mais qualificados (Tabela 5).

Tabela 5 - Cidades médias gaúchas: renda média (2010)

	0-2 (s.m.)	2-5 (s.m.)	5-10 (s.m.)	10-15 (s.m.)	>15 (s.m.)	sem rend.
Caxias do Sul	44,85	35,53	11,06	2,16	2,44	3,97
Passo Fundo	55,78	26,72	8,62	1,84	2,52	4,53
Pelotas	59,96	21,51	6,90	1,50	2,11	8,02
Santa Maria	55,21	23,24	9,48	2,56	3,05	6,46
RS	58,90	23,40	7,13	1,58	2,06	6,92
Brasil	61,19	19,04	6,25	1,41	2,10	9,99

Fonte: adaptado de FERRETTO (2018).

Considerando-se alguns indicadores sociais, as cidades médias gaúchas, em linhas gerais, apresentam índices positivos em relação às médias estaduais e nacional. Dentre as quatro cidades, Caxias do Sul sobressai-se com os melhores indicadores relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>9</sup>, menor taxa de analfabetismo, menor percentual de pobres e extremamente pobres, e menores índices de desigualdades, representados pelo coeficiente Gini<sup>10</sup> e pela concentração de renda. A cidade de Passo Fundo apresenta indicadores positivos em relação às médias do estado, intermediárias entre a melhor situação, Caxias do Sul, e os piores índices, de Pelotas e Santa Maria. Em Pelotas chama atenção o percentual de população pobre e extremamente pobre de quase 10%, superior à média do estado, e cinco vezes maior que Caxias do Sul. Santa Maria, embora apresente índices similares a Pelotas, se destaca positivamente no percentual de pessoas com ensino superior completo, 20.39%, superior as demais cidades e ao estado (Tabela 6).

Tabela 6 - Cidades médias gaúchas: indicadores sociais (2010).

	Analfabetismo - 15 anos ou mais (%)	Superior completo - 18 anos ou mais (%)	Índice de Gini	IDHM	Ext. pobres (%)	Pobres (%)	Renda apropriada pelos 10% mais ricos (%)	Renda apropriada pelos 80% mais pobres (%)
Caxias do Sul	2,34	14,07	0,48	0,782	0,36	1,72	39,1	46,04
Passo Fundo	3,58	17,66	0,52	0,776	0,83	3,63	42,06	42,16
Pelotas	4,12	15,79	0,54	0,739	2,1	7,56	44,15	40,72
Santa Maria	3,18	20,34	0,55	0,784	1,19	5,47	43,79	40,11
RS	4,52	12,35	0,54	0,746	1,98	6,37	43,9	41,28
Brasil	9,61	13,19	0,6	0,727	6,62	15,2	48,93	36,6

Fonte - adaptado de FERRETTO (2018).

<sup>9</sup> Índice composto por três subíndices – IDHM Educação, IDHM Longevidade e IDHM Renda, considerando um conjunto de 60 indicadores socioeconômicos. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais alto, melhores os indicadores socioeconômicos (PNUD, 2020).

<sup>10</sup> Índice utilizado para medir o grau de concentração de renda, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, e 1 a situação de mais completa desigualdade de renda (PNUD, 2020)

Em caráter de síntese, a partir das análises anteriormente apresentadas, evidencia-se que dentre as quatro cidades médias destacadas, Caxias do Sul é a que apresenta a economia mais dinâmica, com os melhores níveis de distribuição de renda e indicadores sociais, impulsionados pela diversificação da atividade industrial, baseada nos setores metalmeccânico, vinícola, moveleiro e avícola, juntamente às cidades de Bento Gonçalves e Farroupilha.

A cidade de Passo Fundo é classificada por Sobarzo (2010, p.33) como uma “cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio”, remetendo a relações próximas e distantes, que se estruturam por continuidades (horizontalidades) e descontinuidades territoriais (verticalidades), sendo as primeiras caracterizadas pela oferta de comércio e serviços de saúde e educação superior para a região, e as segunda manifestas “nas articulações do agronegócio, destinado principalmente para fora da região, nos circuitos internacionais da produção de alimentos, que se percebem pela presença de empresas com atuação global”.

Pelotas é definida por Soares e Ueda (2007) como “a cidade média que polariza uma região estagnada”, que até a década de 1970, caracterizou-se como um importante centro industrial de beneficiamento do arroz. No final dos anos de 1980, o setor entrou em crise e a economia da cidade se voltou ao setor terciário, configurando-se como o principal centro atacadista e varejista do sul do estado. Pelotas é também um centro universitário importante, devido à presença da UFPEL. Outra característica marcante está nas relações que Pelotas estabelece com a cidade vizinha, Rio Grande, cidade portuária de 190.000 habitantes. Soares e Ueda afirmam que algumas funções urbanas são repartidas entre as duas cidades, no entanto, o setor terciário mais desenvolvido garante que Pelotas atraia moradores de Rio Grande em busca de produtos e serviços mais sofisticados.

A cidade de Santa Maria tem três características marcantes: primeiro, sua condição de polo ferroviário, setor que lhe garantiu papel de destaque no estado a partir do final do século XIX; segundo, seu perfil de cidade militar, que recebeu durante todo o século XX inúmeras instituições militares, incluindo uma base aérea na década de 1970, que hoje lhe conferem o segundo contingente militar do país; e por fim, sua qualidade de cidade universitária, iniciada com a implantação da UFSM na década de 1960 e reforçada com a chegada de instituições particulares de ensino superior. Além disso, a cidade é caracterizada por Rocha (1993, p.179) como local de residência de proprietários rurais, que transferem a renda gerada no campo para a cidade, a caracterizando assim um centro de drenagem da renda fundiária, sendo que grande parte das atividades urbanas têm relação com o capital fundiário<sup>11</sup>. As áreas agrícolas no entorno de Santa Maria são caracterizadas pela grande propriedade destinada à pecuária, porém já se observa na região a emergência da monocultura mecanizada. Segundo a autora, Santa Maria “é constituída pelos capitais fundiários e incrementada pelas outras funções militar-ferroviária-universitária, as quais têm a sua formação vinculada também a proprietários fundiários. As múltiplas funções que a cidade de Santa Maria assume ou assumiu, têm, em suas bases, capitais e/ou interesses fundiários”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto teve por objetivo analisar os papéis regionais e perfis socioeconômicos e demográficos das cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria, à luz do recorte analítico das cidades médias, reconhecendo sua crescente importância nos estudos urbanos, em diferentes escalas.

Com enfoque na escala regional, evidenciou-se que embora as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria cumpram semelhantes papéis de intermediação na rede urbana gaúcha, apresentam especificidades relativas a seus processos históricos de formação e estruturas socioeconômicas, relacionadas às suas localizações no estado.

Pode-se aferir que o maior dinamismo das cidades de Caxias do Sul e de Passo Fundo reafirmam o maior desenvolvimento socioeconômico da porção norte do estado. A dicotomia metade norte desenvolvida versus metade sul estagnada, no entanto, mostra-se insuficiente ao analisar-se as diversidades internas dessas porções do território. Os perfis socioeconômicos das cidades de Caxias

---

<sup>11</sup> Tem-se por hipótese de que a transferência de renda fundiária do campo para cidade, destacada por Rocha (1993) no caso de Santa Maria, ocorre também nas demais cidades estudadas, sendo um aspecto passível de investigação. No caso de Passo Fundo, por exemplo, é sabido que o dinamismo do setor imobiliário, expresso na construção civil, apresenta relações de interdependência com os resultados da produção agrícola (sobretudo o cultivo de soja).

do Sul e Passo Fundo evidenciam esse fator, revelando-se os maiores índices de industrialização da porção nordeste, no eixo Porto Alegre-Caxias, e as funções de apoio ao agronegócio desempenhadas por Passo Fundo, na porção norte. Por outro lado, as cidades de Pelotas e Santa Maria apresentam semelhanças, considerando sua maior dependência do setor terciário, se destacando, nos dois casos, a existência de universidades federais como importantes polos atrativos regionais, e também dinamizadores das economias urbanas locais. Os melhores indicadores sociais e de rendimento de Caxias do Sul frente as outras cidades corroboram o dinamismo associado à economia de base industrial.

Para além da abordagem regional, esse texto pretende-se um subsídio às análises na escala intraurbana, considerando-se que à medida que se ampliam os papéis de intermediação das cidades médias, se complexificam também seus arranjos internos, cuja compreensão depende, fundamentalmente de uma sobreposição de escalas de análise, que perpassam suas funções regionais e seus perfis socioeconômicos.

## REFERÊNCIAS

- ALLEBRANDT, S. L. et al. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 914-945, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300012>
- ALONSO, J. A.; BENETTI, M. D.; BANDERIA, P. S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994, 229 p.
- ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. Evolução das desigualdades regionais no Rio grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos de Geografia**, v.9, n.26, p. 1-15, 2008.
- AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 69-87.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, cap. 1, p.1-34.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, 393 p.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-34.
- FEE - Fundação de Economia e Estatística. **PIB dos municípios do Rio Grande do Sul em 2015**. 2015. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- FEIX, R. D.; LEUSIN JR., S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul - 2015**. Porto Alegre: FEE, 2015, 44 p.
- FERRETO, D. **Segregação socioespacial em cidades médias gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria**. 2018. 222 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada em 2021**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2021.
- LIMONAD, E. Novidades na urbanização brasileira? In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Org.). **Tendências da urbanização brasileira**: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 25-58.

- MESQUITA, Z. Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 5, n.2: p. 95-146, 1984.
- MOURA, R. Fronteiras invisíveis: o território e seus limites. **Território**, ano V, v.9, p. 81-101, 2000.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- ROCHA, L. **O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária**. 1993. 179 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Centro de Ciências Humanas - Departamento de Geociências, Universidade Federal do Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, 475 p.
- SOARES, P. R. R.; UEDA, V. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 630 p. 379-412.
- SOBARZO, O. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 29-100.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 373 p.
- SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 630 p.
- SPOSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35- 67.
- SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 286 p.
- SPOSITO, M. E. B. Cidade média. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 39-48.
- STAMM, C. et al. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n.2, p.251-265, jul./dez. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122013000200011>

---

Recebido em: 12/03/2021

Aceito para publicação em: 27/10/2021